

PAISAGEM, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: interpretação de narrativas sobre o “dilúvio” do ano de 1795 em Cananeia (SP, Brasil)

Luciene Cristina Riso
Universidade Estadual Paulista
E-mail: luciene.risso@unesp.br

Resumo

O município de Cananeia, localizado no litoral sul do estado de São Paulo, inclui a ilha, onde se localiza a cidade, sede do município, e outra parte chamada de Cananeia continente, com serras e morros recobertos pela floresta atlântica, além de planície com manguezais e restingas. Na época estudada, na área rural de Cananeia havia fazendas com cultivos diversos, utilizando mão de obra escravizada. Em março do ano de 1795, ocorreu um evento geomorfológico de movimento de massa, devido às intensas chuvas no verão, trazendo prejuízos materiais, evento este que ficou registrado no livro de memórias da cidade. Desse modo, o objetivo principal do artigo foi analisar e interpretar o evento descrito nesse livro e em outras fontes escritas e orais, associando memórias coletivas e outras representações sociais. Como resultados das análises interpretativas, a memória do evento de 1795 está presente, nos dias atuais, porque foi um acontecimento marcante, envolvendo histórias e simbologias das águas, vividos pela coletividade pertencente e herdados por tabela como diz Pollak (1992). Desse modo, o estudo contribui para o entendimento da paisagem enquanto herança, cujas memórias integram os espaços geográficos vividos.

Palavras-chave: Memória coletiva. Geography of memories. Mandira. Antonio Paulino de Almeida.

PAISAGEM, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: interpretação de narrativas sobre o “dilúvio” do ano de 1795 em Cananeia (SP, Brasil)

Abstract

The municipality of Cananeia, located on the south coast of the state of São Paulo, includes the island, where the city is located, seat of the municipality and another part called Cananeia continent, with mountains and hills covered by the Atlantic forest, in addition to the plain with mangroves. and restingas. At the time studied, the rural area of Cananeia had farms with different crops, using enslaved labor. In March 1795, a mass movement geomorphological event occurred, due to the intense rains in the summer, causing material damage, which was recorded in the city's memoir. Thus, the main objective of the article was to analyze and interpret the event described in this book and other written and oral sources, associating collective memories and other social representations. As a result of the interpretative analyzes, the memory of the 1795 event is present today because it was a remarkable event, involving stories and symbologies of the waters, lived by the belonging collectivity and inherited by table as Pollak (1992) says. In this way, the study contributes to the understanding of the landscape as a heritage, whose memories are part of the lived geographical spaces.

Keywords: Collective memory. Memories geography. Mandira. Antonio Paulino de Almeida.

Introdução

A Geografia é uma ciência espacial por excelência, porém os fenômenos naturais e sociais estão inter-relacionados numa dimensão temporal. Este artigo transpõe uma geografia do tempo presente, com roupagem de fragmentos de um passado via a interpretação de fontes históricas e memórias-lembrança.

Sem a pretensão de enquadramento, esta pesquisa pode ser chamada de geografia de memórias, percorrendo caminhos entre uma geografia histórica e uma geografia humanista cultural. Isso porque objetiva interpretar a visão social/cultural de uma época sobre o evento ocorrido nas paisagens de Cananeia (SP), bem como as memórias e representações sociais atuais.

A geografia humanista cultural contribuiu para o horizonte dos valores e significados no convívio com as paisagens e lugares, bem como na confluência entre o passado e o presente, a geografia histórica alargou e orientou na sincronia da contemporaneidade, como assevera Mauricio de Abreu (2000), pois “são as ações que transcorrem no presente que redefinem as heranças do passado e preparam o futuro” (ABREU, 2000, p. 18).

Quanto à geografia das memórias, os geógrafos, principalmente os britânicos, começaram a estudar as relações entre memória e paisagem, identidade e patrimônio, nos fins do século XX, contribuindo para a análise espacial das memórias.

Hoelscher, Alderman (2004, p. 348, citando EDENSOR (1997); DWYER (2000); TILL (2001) asseveram que esses autores “passaram a ver a memória como uma atividade social, como uma expressão e força de ligação ativa da identidade do grupoⁱ”.

Till e Kuusisto-Arponen (2015) inseriram um componente subjetivo na interpretação das memórias dos lugares, dizendo que elas vão além de uma localização cartesiana:

As políticas de memória nunca estão somente ‘localizadas’ no espaço cartesiano; como significantes transculturais, elas são comunicadas através de espaços e lugares, e viajam através e com emoções, memórias e afetos pessoais compartilhadasⁱⁱ (TILL; KUUSISTO-ARPONEN, 2015, p. 294).

Para Álvarez (2009, p. 407), a geografia da memória “situa a história e as suas representações no espaço e na paisagem”.

Dessa forma, neste artigo consideramos que a memória é composta por essas lembranças individuais do passado e pela memória coletiva, pois mesmo que um sujeito não viveu determinado acontecimento, ele se identifica porque viveu “por tabela”, ou herdou de

seus parentes, do seu país, uma memória nacional compartilhada por um grupo, como afirmou Pollak (1992), autor cujas ideias compartilhamos neste artigo.

Pollak (1992, p. 201) articula muito bem a intersecção dessas memórias. Para ele, a memória é uma construção individual e coletiva e é herdada. Ela não é livre de conflitos e disputas pela memória de determinado grupo. Assim, ela pode se transformar no tempo para atender algum interesse no presente. O autor apresenta três elementos constitutivos da memória, descritos como: 1) os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos “por tabela”, “ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”; 2) pelas pessoas e personagens encontradas no decorrer da vida individual e, por tabela, no coletivo e 3) pelos lugares.

Quanto ao elemento geográfico na constituição da memória, se retoma a ideia de paisagem e lugar como essenciais na compreensão espacial da memória, no sentido de valorizar esses lugares emblemáticos, por meio de suas narrativas.

Nossa área de estudo é no município de Cananeia, localizada no litoral sul do estado de São Paulo (Brasil), possuindo paisagens exuberantes constituídas de serras, morrarias costeiras com floresta atlântica e uma imensa planície sedimentar formada por rios, lagos de mar, canais, manguezais e restingas. Além disso, várias ilhas completam esses cenários: como a própria ilha de Cananeia, ilha do Cardoso, Bom Abrigo, entre outras.

O município inclui a ilha, onde está localizada a cidade, sede do município, e outra parte chamada de Cananeia continente, com vários bairros rurais com comunidades tradicionais entre planícies, manguezais, serras, rios e cachoeiras. Foi no continente que aconteceu um evento passado, conhecido como dilúvio de 1795 ou dilúvio do Mandira, que ficou registrado no livro de memórias da Câmara municipal, como também na memória dos moradores da cidade e da comunidade de Mandira.

O objetivo principal deste texto foi entender o contexto social e ambiental do evento do dilúvio de 1795, via interpretação de fontes históricas, associando os relatos das memórias, narrativas e representações sociais desse evento.

Este artigo justifica-se na busca de memória-lembranças (RICOEUR, 2007, p.41), sendo que “a memória está no singular, como capacidade e como efetuação, as lembranças estão no plural”. Nessa perspectiva, esse trabalho remete às lembranças evocadas no processo de memorização, como uma reconstrução do passado, emprestando os dados do presente (HALBWACHS, 2003) com vistas à valorização histórica, social e cultural de Cananeia.

A metodologia principal da pesquisa esteve baseada em fontes históricas escritas e orais. Como fontes histórias escritas, cita-se o livro “Memória histórica de Cananeia (XI), organizado por Antônio Paulino de Almeida (1967), no capítulo XXXIV, sobre Memórias Memoráveis. O autor inseriu as folhas avulsas do livro tomoⁱⁱⁱ, escritas em português antigo, com interessantes acontecimentos ocorridos na vila, no século XVIII, que sobreviveram à queima do cartório, em 1747. O que Almeida recuperou são documentos avulsos, desaparecidos, e depois encontrados. Outra fonte escrita é recente, tratando-se do livro independente de Amir Oliveira sobre “Lendas e histórias de Cananeia”. As fontes orais foram coletadas em 2017 e 2018, cujo depoente principal foi o senhor Francisco Mandira, da comunidade de mesmo sobrenome. Com base nessas fontes analisadas, interpretamos os significados dessas memórias e representações sociais envolvidas, considerando essa última como o conjunto de conhecimentos e imagens coletivas sobre tal evento.

Por fim, o estudo visa contribuir para o entendimento da paisagem enquanto herança, cujas memórias, integram a história dos espaços geográficos vividos.

Entendendo as paisagens envolvidas no relato do “dilúvio” de 1795

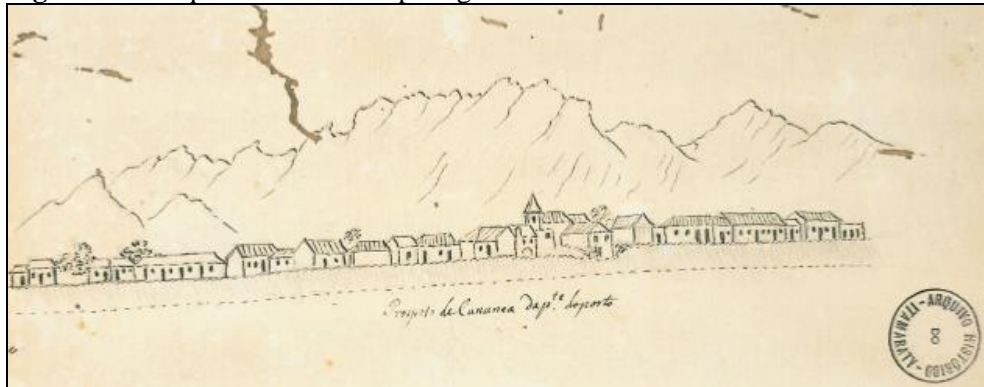
O município de Cananeia está localizado no sul do estado de São Paulo e possui serras e morros que podem ser explicados dentro do processo de formação da Serra do Mar, constituída de rochas muito antigas (do pré-cambriano).

Magalhães (2003, p. 16) explica que, após a formação da cadeia andina, seguiram-se vários movimentos tectônicos que levantaram o sistema da Serra do Mar-Mantiqueira, “formando serras costeiras, morros isolados e ilhas como a do Cardoso e a de Alcatrazes. Entre Iguape e Paranaguá, formou-se um golfo primitivo amplo e profundo, limitado pelas serras mais recuadas e suas ramificações costeiras, salpicado de ilhas montanhosas”.

De acordo com Ross (2006, p. 67) esse cinturão orogênico do Atlântico tem altitudes menores do que a Serra do Mar de Caraguatatuba, por exemplo, em virtude do processo tectônico e da dinâmica sedimentar ocorrida antigamente.

Na parte chamada de Cananeia continente, a serra do Itapitangui (Figura 2) possui uma altitude de quase 1000 metros, que “segundo o dr. João Mendes, sua denominação vem de Yta, pedra; pitang avermelhado; i, ser manchado, sujo, para significar ‘morro granítico manchado de vermelho’ (ALMEIDA, 1961, p. 209).

Figura 2 - Croqui da Serra do Itapitangui e da cidade de Cananeia



Fonte: Arquivo histórico Itamaraty, [s.d]

Outras serras importantes da Cananeia Continente são a Serra do Mandira (455m, Figura 3), a Serra do Boacica (antigamente chamada de Embiacica com 709m, Figura 4), a Serra do Porto do Meio (624m) e a Serra do Cadeado (mais de 1000m).

Figura 3 - Serra do Mandira onde fica localizada a comunidade quilombola de Mandira



Fonte: foto da autora

Figura 4 - Serra da Boacica



Fonte: foto da autora

A serra do Cadeado tem muitos picos e ramificações, como a serra de Taquari (Cabeça de Negro) à sudoeste da cidade, Serra das Minas e Contrafortes, como a serra do Quilombo, o qual serviu de refúgio de muitos escravizados fugidos das fazendas da região, conforme relato de Almeida (1961).

Essas serras estão cobertas pela Floresta Ombrófila Densa, com árvores entre 20 e 30 metros, formando um dossel fechado, com alto índice de umidade devido ao relevo da Serra do Mar, solos pouco profundos e alta biodiversidade. Essa floresta é denominada por Romariz (1996, p.7) de Floresta Latifoliada Tropical Úmida da Encosta. De acordo com a classificação de Ab’Saber (2003, p.16) esse compartimento é chamado de domínio morfoclimático dos mares de morros florestados, ou seja, “com florestas tropicais recobrimdo níveis de morros costeiros, escarpas terminais tipo “Serra do mar” e setores serranos mamelonizados dos planaltos compartimentados e acidentados do Brasil de sudeste”.

Por entre as serras e morros, há muitas nascentes de rios com cachoeiras que correm em direção ao mar (chamado de mar pequeno - o lagamar), como o rio Mandira (Figura 5), Boacica, Taquari e Itapitangui.

Figura 5 - Rio Mandira



Fonte: foto da autora, 2018

As bacias hidrográficas desses rios contribuem, qualitativa e quantitativamente, com o equilíbrio do sistema da bacia do rio Ribeira de Iguape e litoral sul (UGRHI 11), caracterizada como bem conservada, apresentando “grande disponibilidade de água superficial em relação à demanda, extensa e rica rede de drenagem, bem como alta proporção de cobertura florestal nativa e grande área abrangida por Unidades de Conservação” (CBH - RB, 2014, p. 38).

De acordo com o ICMBio (2010), os rios Mandira, Itapitanguí, Taquari e das Minas apresentam “vazão média total de 6,2 metros cúbicos por segundo” (ICMBio, 2010, p. 20, citando SMA, 1990) e boa qualidade de água.

Na planície^{iv} constituída de restingas e manguezais, os rios desaguam no sistema lagunar (Figura 6) com complexa rede de canais (o mar pequeno ou de dentro) que envolve a ilha de Cananeia.

O mar pequeno rodeia a ilha de Cananeia, cujas restingas foram formadas no holoceno por processos de sedimentação, principalmente marinha, por cordões arenosos. Essa ilha, como também as Ilhas do Cardoso e Comprida, segundo Magalhães (2003, p.19-20) “isolam lagunas e criam áreas extremamente propícias ao desenvolvimento de uma fauna rica e variada. Isso acontece especialmente entre Iguape e Paranaguá, onde uma intrincada rede de canais forma um dos sistemas estuarino-lagunares mais produtivos do mundo”.

Figura 6 - Sistema estuarino-lagunar – Mar de dentro



Fonte: foto com drone de Junior Petar

Desse modo, qualquer interferência na organização geográfica, nesses ambientes, pode afetar o todo, pois todos os elementos naturais estão interligados em escalas e complexidades diferentes.

Uma memória coletiva especial: o dilúvio de 1795

Após a descrição do contexto físico geográfico de Cananeia, é importante relatar como era a vila de Cananeia setecentista, no sentido de entender o contexto do evento pesquisado. O povoado foi elevado a vila em 13 de julho de 1600, isso significou a conquista “da autonomia territorial e administrativa, caracterizada pela existência de poder público representado por Prefeitura e Câmara de Vereadores” (IGC, 2016, p.11).

Segundo Azevedo (1956, p.10) a igreja era fundamental, já que ela assegurava “a estabilidade do núcleo urbano nascente e servindo de elo permanente para sua escassa população”. A igreja São João Batista de Cananeia foi construída em 1577, pelos jesuítas, por ordem de Martim Afonso de Sousa.

As casas na vila estavam ao redor da igreja. A alvenaria das casas do período colonial baseava-se, primeiramente, em madeiras e barro (técnica de taipa de pilão, por exemplo) e após, as técnicas de confecção de muros utilizando tijolos, lajotas ou pedras, aglutinados entre si por meio de uma argamassa. Naquele período, as argamassas mais utilizadas eram de cal e areia ou de barro (COLIN, 2016). No caso de Cananeia, a argamassa incluía, também, o óleo

de baleia, pois eles faziam a caça ao animal, na ilha do Abrigo, desde a primeira década de 1700.

Quando uma residência tinha dois pavimentos, ou mais, era um sinal de que a família possuía posses suficientes para manter escravos, para o transporte de mantimentos e água e, geralmente, o pavimento térreo se constituía de comércios. As casas com eiras beirais também indicavam que os proprietários tinham posses. Como o centro histórico de Cananeia foi tombado pelo Condephaat, em 1969, podemos ver alguns patrimônios culturais da época, como a igreja na praça Martim Afonso de Souza com casas em estilo colonial ao redor. Além disso, na praça há um obelisco, um marco de pedra, em forma de cruz, encontrado na ilha do Cardoso, assinalando a posse do lugar pela Coroa Portuguesa e canhões ingleses resgatados do mar (Figuras 7 e 8).

Figura 7 - Patrimônios culturais coloniais na praça Martim Afonso de Souza, Cananeia - SP



Fonte: <https://www.ovaledoribeira.com.br/2020/07/as-minas-de-ouro-de-cananeia.html>

Figura 8 - Casas em estilo colonial tombadas pelo Condephaat em Cananeia



Fonte: fotos da autora

A população da vila, em 1765, era de 1824 habitantes, sendo que 1411 eram pessoas livres e 414 eram negros escravizados, conforme relato de Almeida (1965). Quanto à

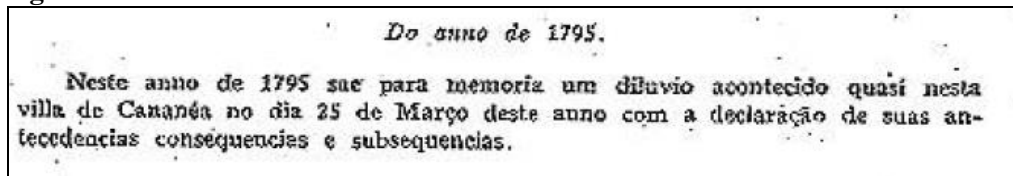
economia, a vila produzia arroz, farinha de mandioca, minérios, sendo o porto de Cananeia e Iguape essenciais para o transporte de produtos. Por volta de 1782, Cananéia contava com dezesseis estaleiros e mais de duzentas embarcações produzidas. No entanto, em 1787, houve o fechamento desses portos para beneficiar o porto de Santos, e a vila de Cananeia passou por decadência, sendo que muitos se mudaram para Iguape.

Almeida (1965, p. 457), citando os Ofícios da Câmara, assinala problemas com a fome, notificando que, em 1801 “o estado de pobreza do município era tal, que não comportava mais impostos, pois a população era tão pobre, que muita gente se servia da água do mar, por não poder comprar sal”. A situação começa a melhorar novamente após a vinda da família real, em 1808, quando há retomada da liberdade nos portos.

Portanto, no momento do evento de 1795, a vila passava por dificuldade, depreendendo-se disso que o evento os afetou de forma intensa, restando somente clamar a Deus por misericórdia. Vale ressaltar que, diante da estrutura da paisagem de serras e morros da área estudada, associada ao clima tropical, seguramente, ao longo da história, vários eventos de movimento de massa devem ter ocorrido em menor ou maior intensidade.

Os relatos, apresentados nessa publicação, referem-se a registros do dilúvio do ano de 1795, os quais constam do livro histórico da cidade (Figura 9). Pelo nome – “dilúvio”, provavelmente foi um evento de alta intensidade de chuvas, ficando inesquecível nas memória-lembranças da cidade.

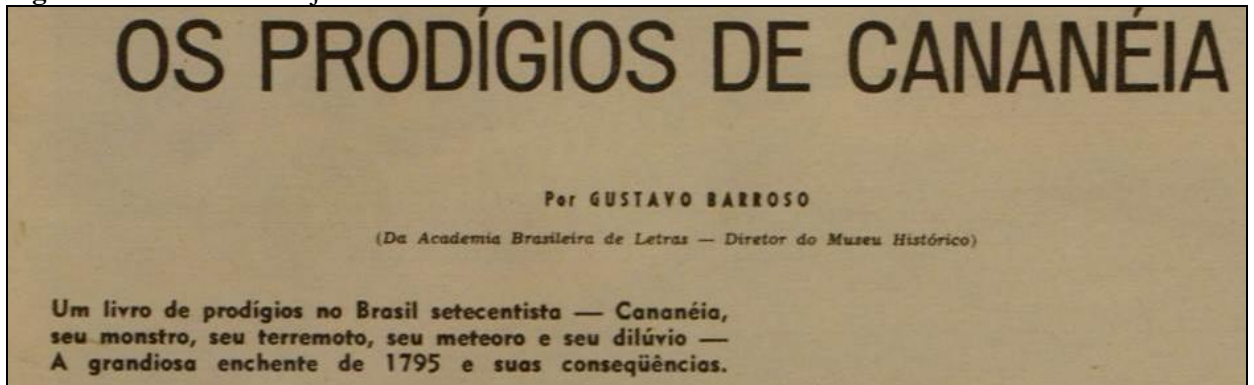
Figura 9 - Título do evento no Documento da Câmara do ano de 1795



Fonte: Almeida (1967, p. 611)

Essa publicação histórica também foi resumida por Barroso (1957), no jornal o Cruzeiro, de 9 de novembro de 1957 (Figura 10), o qual retrata, além do dilúvio, outros eventos interessantes descritos no livro de memórias da vila: o monstro marinho de 1733, o *Fumavit* da serra do Mandira, em 1784, que por três dias lançou fumaça e labaredas, e o terremoto de 1789. Interessante que, nesse relato de Barroso (1957), ele não ficou somente na descrição do livro, mas lançou a hipótese que o evento foi causado por uma tromba d’água, tendo consequências também no litoral do Paraná.

Figura 10 - Manchete do jornal O Cruzeiro.



Fonte: Barroso (1957)

A memória do dilúvio é instigante, já que o fato transcrito permanece, atualmente, na memória da cidade e na comunidade quilombola de Mandira. Para o senhor Francisco Mandira, da comunidade quilombola de mesmo nome, “aconteceram vários dilúvios” e relata que um deles está registrado no livro de história de Cananeia:

[...] Tem no livro de história de Cananeia já se fala no dilúvio do Mandira, em 1615. Em 1615, teve um dilúvio no Mandira que, segundo o pessoal começou a encher o rio e lá na queda d’água lá ... a cachoeira ficou muito madeira empantando a água lá e aí quando desceu o pessoal fala que o dilúvio do Mandira no ano de 1615 (RISSO, 2018).

Mesmo que a data correta do evento do registro histórico seja 1795, o que interessa, na verdade, é a própria lembrança do conhecimento passado de geração em geração, sendo que o registro histórico é citado como forma de comprovar seu testemunho. Sobre isso, seu Francisco Mandira contou-me que ao relatar sobre a sua lembrança do dilúvio do rio ao padre Padre Jan Van Der Heijden, conhecido como padre João Trinta, de Cananeia, este o informou sobre a existência do registro no livro de memórias da cidade. Outro fato presente no relato anterior refere-se a que, para o senhor Francisco Mandira, as madeiras enterradas no manguezal e em outras áreas da planície vieram das serras e morros, cuja percepção está correta.

O evento do “dilúvio” do rio Mandira foi causado, como o próprio narrador da época relata, pelo excesso de precipitação naquele verão de 1795, de janeiro até março: “Desse modo, choveu em todo o janeiro e em todo fevereiro até aos 19 de março”. Houve trégua do meio-dia do dia 19 até o meio-dia do dia de domingo, 22 do mês de março. Depois a chuva continuou durante dois dias até o meio dia do dia 25 de março.

Neste dia [dia 19], que é dedicado ao glorioso S. José, e que por contagem do mesmo ano acontecia ao vocábulo de quinta-feira, já se considerava o fim

da destemperança d’este tão rigoroso e dilatado temporal, porque n’elle até o seu meio-dia se derramou tão abundante chuva, que quando parecia já alagar a terra, então de repente se suspendeu, dando a esperança do desejado tempo bom. Assim se julgou, porque logo desapareceram aquelas escurcidas e chuvosas nuvens, serenou-se o ar e aparecerão os horizontes, o sol e as estrelas, se mostrarão com o seu costumado luzir: esta serenidade perseverou somente desde meio-dia do dia 19 até o meio-dia do dia de domingo, 22 do mês de março (ALMEIDA, 1967, p.612).

No entanto, as chuvas pioraram a partir do dia 22 de março, avançando sem parar até o dia 25 de março, culminando em movimento de massa.

No restante d’aquelle domingo 22, se vio o contrario da esperança desejada, porque de repente turbando-se o ar com escuríssima serração, começou logo a chover, primeiramente mais miudinha chuva, e augmentado-se mais e mais, assim choveu, continuando em toda aquela seguinte noite, e em todos o seguinte dous dias, e em suas noites, até ao meio-dia do dia quarta-feira 25 dia da annunciação da Virgem Maria, nossa senhora. Esta tempestade foi mais violenta e tangida por ventos circulares, e chuva descomedida. Nada mais se ouviu a se vio alem deste medonho sussurro, entrecortado por contínuos estrondos e no meio deste horroroso espetaculo se ouvião outros estrondos maiores no ar como arrastados, os quaes se julgou serem fortes trovões. Porem depois vendo-se as ruinas nos montes visinhos, se interpretou serem echos produzidos por pedaços de montes, que rodavão despenhando-se dos seus cumes. Esta terra firme em todo o rumo do oeste, sudoeste e sul em distancia de seis léguas, ficou quazi açoutada da violência d’esta tempestade: tão grandes enchentes da chuva tangidas de rigorozissimos ventos se derramarão sobre aquelles montes, que derreteu-se toda a terra superficial de muitos montes, e podou com as mesmas águas, despenhando juntamente consigo novelos de arrancadas arvores e pedras. (ALMEIDA, 1967, p. 612).

Os relatos seguintes revelam as descrições de como ficaram as aparências dos morros (montes) após o evento:

Muitos montes ficarão completamente despidos se mostrando só de pedras. Outros ficarão como se sobre suas superfícies se tivessem abertos estradas. Formarão as terras, e arvores, entancamentos que deu lugar a vastos lameirões que não permitem passagem. E outros montões ficaram sobre a terra baixa, onde são e serão memorias deste triste acontecimento (ALMEIDA, 1967, p. 613).

Tudo indica que os fortes temporais com ventos fortes levaram à saturação de água no solo, resultando no processo denominado como movimento de massa, com processos de escorregamento/deslizamento em encosta da mata atlântica.

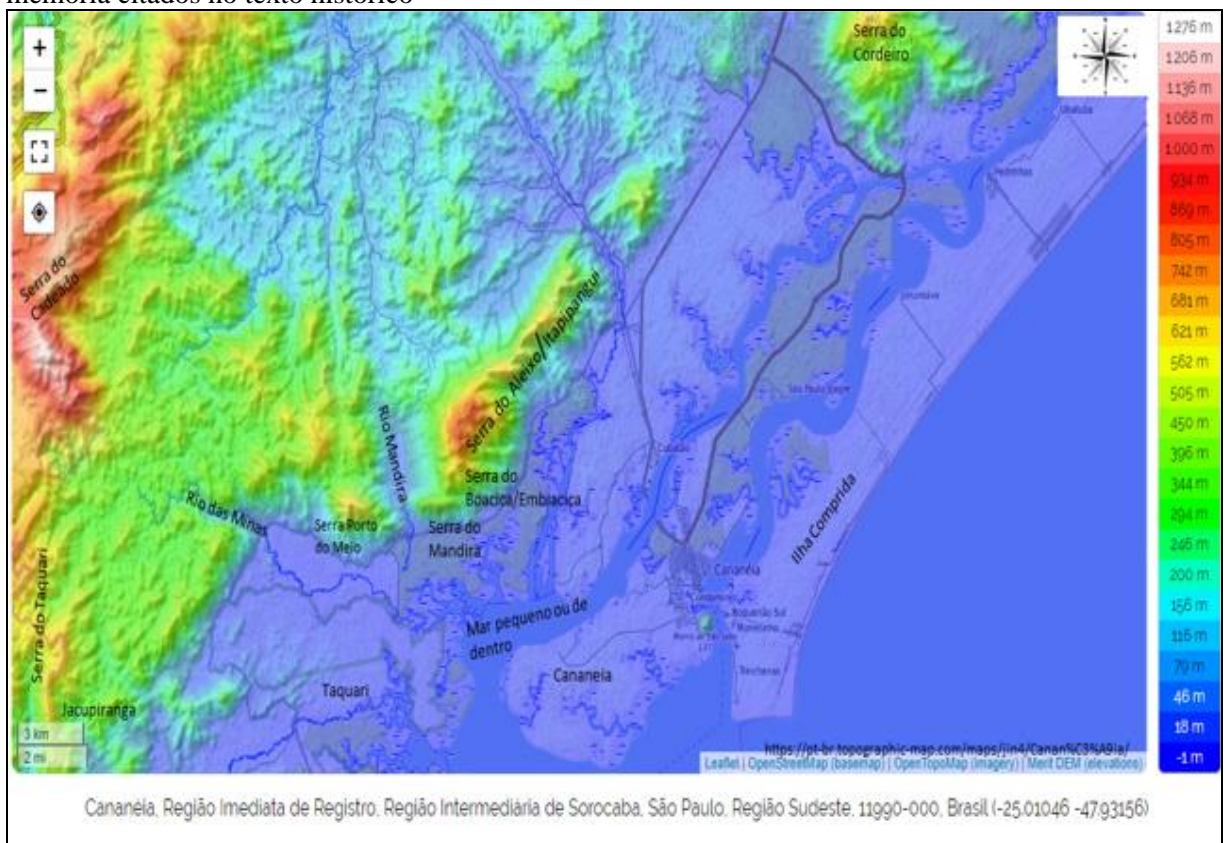
De acordo com Tominaga, Santoro e Amaral (2009, p. 27) esse processo consiste em “processos de movimentos de massa envolvendo materiais que recobrem as superfícies das

vertentes ou encostas, tais como solos, rochas e vegetação”, processo esse, bem parecido com o que foi relatado.

Esse processo é natural em áreas úmidas tropicais, especialmente na Serra do Mar paulista. Todavia, quando a quantidade de chuva é elevada, a água vai se infiltrando, ao ponto de os solos ficarem saturados em processo conhecido como solifluxão, ou seja, o processo de perda total do atrito entre as partículas, o qual “passa a se mobilizar encosta abaixo, formando os movimentos de escoamento do tipo corridas. A velocidade do movimento depende da inclinação da superfície de escorregamento” (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009, p. 29).

A narrativa cita os sítios e fazendas localizadas na Cananeia-continente, que tiveram prejuízos, como no rio das Minas, Embiacica (hoje chamada de Boacica) e Mandira, situadas nos sopés das serras e morros que, por sua vez, perderam muito de suas árvores. Imaginem a velocidade da água desses rios e a quantidade de sedimentos deslocados provindos das serras? Para situar esses locais narrados, a Figura 11 mostra as formas naturais presentes e a altimetria.

Figura 11 - Imagem topográfica da região de Cananeia, SP com localização de alguns locais de memória citados no texto histórico



Fonte: adaptado pela autora com base em: <https://pt-br.topographic-map.com/maps/jin4/Canan%C3%A9ia/>

O texto histórico revela alguns fatos (quem estava presente durante o evento), nomes dos proprietários, lavouras, o trabalho escravizado. Inclusive, nota-se que muito das famílias proprietárias se refugiaram na vila de Cananeia, ou estavam fora da cidade, deixando os escravizados à própria sorte. No evento, nenhuma pessoa morreu, somente houve destruição de lavouras (não se fala o tipo), morte de alguns animais e peixes:

[...] Morrerão as criações e animais selvagens de todos os generos. No entanto não morreu pessoa alguma. Os peixes dos rios morrerão afogados nas águas barrentas. Também morrerão vários peixes do mar, talvez pelo mesmo motivo ou pela quantidade de folhas que nadarão sobre as ondas (ALMEIDA, 1967, p.615).

Na fazenda às margens do rio das Minas, as lavouras ficaram soterradas, mas por sorte, os escravizados não morreram porque fugiram para outro morro.

Nas margens do Rio intitulado das Minas, que corre do rumo de sudoeste, ficarão soterradas as lavouras da nova situação do Cap. Mór Leandro de Freitas Sobral; seus escravos estarão subindo o morro fronteiro, chamado de Serraria; a felicidade d’estes escravos foi admirável, porque despenharão-se as ladeiras do mesmo monte, e ficou n’elle uma pequena ilha no lugar onde estavam acautelados. Proximo a este lugar onde morava uma viúva os seus moradores escaparão no mesmo lugar onde os escravos já dito. Na margem opposta, tinha uma nova situação, o Capitão ajudante de auxiliares João Carneiro Soares. Suas lavouras se perderão do mesmo modo. Seus escravos, prevendo a inundação se auçatarão para a fazenda pedras, barro e moutões de páus (ALMEIDA, 1967, p.614).

No rio Mandira, o narrador relata que o movimento de massa teve grande magnitude, até por isso, a memória coletiva fala em dilúvio do Mandira, cuja lama e outros materiais destruíram a fazenda que ali se localizava. Os escravizados se refugiaram, a princípio, no sobrado, mas depois tiveram que fugir em canoas.

No rio Mandira em cujas margens estava a fazenda do Sargento-mor de ordenança Manoel Jozé de Jesus, (estava a fazenda do ?) digo, a enxurrada foi de maior altura, atingindo a 14 covados ou 42 palmos, o barro diluído por este rio atingio o comprimento de cinco leguas e largura de meio quarto de legua de seu ar oriental, cobrindo as praias com nova camada de lama; foram destruídas as casas e coberto o sollo pelo saibro, deixando por isso apenas o nome da fazenda sepultada. Os escravos a princípio se acautelarão no sobrado e vendo ella se alagava, embarcarão em canoas e navegarão ao correr das águas escapando pro ser dia. Dois deste Escravos que ficarão em casa ao desamparo, porque tinham perdido a occasião das canoas, escaparão montados sobre madeiras vindo a encalhar na praia do mar, distante da fazenda, ½ quarto de legua porem cançados e quase a morrer devido por causa das dificuldades que tiveram em lutar neste resolvido meio de transportes. O dono da fazenda não presenciou este sucesso, porque se

achava ausente na Villa tratando de uma demanda, cuja justiça não lhe pertencia. Os montes sobranceiros ao rio da mesma fazenda, ficarão todos escavados e as suas margens ficarão todas cobertas de Pedras, saibro do rio até finarem suas vertentes. No rio Embiacica, que é vizinho do Mandira, se perdeu toda a lavoura de uma viúva, ficando enterrada em baixo de pedras, barro e páus. Não morreu alguém desta família, porque se haviam acautelado na ilha da Villa (ALMEIDA, 1967, p.614/615).

Sobre essa memória “por tabela” (POLLAK, 1992) o senhor Francisco Mandira relatou a Almeida (2012) sobre a fuga dos escravizados em canoas, coincidindo com o relato da cidade:

[...] Deu o dilúvio, então, quando secou a maré, que baixou o rio. Assim que acalmou o tempo, apareceu aquelas madeiras lá. Por aqui tinha um causo que depois que acabou-se o dilúvio, que secou, dizem que os antigos que morava naquela casa de pedra ali, onde tinha escravo, desceram para baixo de canoa e chegaram lá embaixo numa coisa que tem lá, não sei onde era (ALMEIDA, 2012, p. 225).

No entanto, esse relato é interessante porque há uma memória coletiva, conhecida como pau da onça, popular em toda Cananeia, que não estava nos registros de 1795:

[...] Lá embaixo, passando o rio, tava um toco atravessado que desceu com água e parou lá na curva e tava uma onça em cima, nesse tempo. Então, eles que desceram para baixo, no tempo dos escravos, e viram uma onça em cima do toco lá (Francisco Mandira apud ALMEIDA, 2012, p.225).

Essas lembranças da comunidade de Mandira também estão presentes na publicação de Amir Oliveira (s.d) “Lendas e histórias de Cananéia”, baseada em história oral, ilustrada por Márcio Roberto Xavier. Nessa obra, estão presentes as memórias coletivas das histórias do dilúvio do Mandira e o pau da onça, são contadas de forma didática e ilustrativa (Figura 12).

Dilúvio do Mandira

Após dias e noites de chuvas incessantes, as águas do salto do Mandira, represadas pelas madeiras que o temporal arrastava em sua passagem, em dado momento, rompendo todos os obstáculos, invadiram as margens dos rios, produzindo enormes estragos, não só nos campos e cultura, como também à criação, tudo em meio dos maiores horrores. [...] Findo o cataclismo, só então pode ser verificado o prejuízo. Todo gado das fazendas perecera e foi arrastado para longe, ficando muitos animais suspensos em árvores gigantes. Casas e plantações, tudo levado pela correnteza. Pelo que pudemos averiguar, foi de fato nada mais, nada menos que um autêntico dilúvio e, assim ainda é lembrado pelos mais antigos (OLIVEIRA, s.d, p.13).

Figura 12 - Representação do dilúvio de 1795.



Fonte: Ilustração de Márcio Roberto Xavier (OLIVEIRA, s.d, p.13)

No relato desse livro percebe-se um padrão do texto histórico da Câmara, com acréscimo de detalhes dos animais, como o gado que foi arrastado, e que outros animais ficaram suspensos em árvores. A seguir, a história do pau da onça, cuja história está associada ao dilúvio, conta que uma onça se segurou num tronco arrastado pelas fortes correntezas (Figura 13).

Pau da onça

Na parte compreendida entre as ilhas de Cananeia e do Cardoso – a baía de Trapandé – por ocasião do Dilúvio do Mandira, ficara atravancada por enormes árvores de cujos troncos, segundo rezam as lendas, aproveitaram-se os armadores para suas construções navais. Defronte e ao meio da barra do rio das Minas a grande enchente no furor de suas águas, depositou uma gigantesca árvore. Esse imenso tronco que até poucos anos atrás ainda existia e era chamado de “pau das onças”, porque sobre eles, agarrada como naufrago, fora então encontrada uma grande onça pintada que, a violência das águas arrastou para o mar (OLIVEIRA, s.d, p.6).

Figura 13 - Representação da onça sobrevivente do dilúvio



Fonte: Ilustração de Márcio Roberto Xavier (OLIVEIRA, s.d, p.13)

Ambos os relatos, de Francisco Mandira, registrado em Almeida (2012), e de Oliveira (s.d) convergem acerca da sobrevivência de uma onça que foi vista agarrada ao tronco de árvore, mostrando as consequências do dilúvio nos animais. O interessante é a informação do senhor Francisco Mandira, dizendo que foram os escravizados que viram a onça, no momento que eles desciam em canoas para se salvarem do evento, associando os fatos.

É difícil dizer o motivo de o evento ter sido mais forte em Mandira, porém, o que sabemos é que esse rio é de quarta ordem, recebendo águas de muitas nascentes e afluentes serranos, o que contribuiu para o aumento da vazão e velocidade da água. Em direção a sua foz no mar pequeno, no encontro das águas do rio das Minas, deve ter propiciado um aumento ainda maior do volume das águas, junto com os sedimentos carregados.

Por fim, todo esse material/sedimentos indo para os rios, somado ao aumento da quantidade e velocidade das águas, erodiu, assoreou, causou enchentes, transportando um mar de lama, troncos e demais sedimentos para o mar, atingindo as margens dos rios e o mar de Cananeia.

O grande e altíssimo monte de Taquary que fica a rumo do sudoeste é um vistoso espelho das maiores ruínas que aconteceram nos montes menores, porque nelle como mais avantajado em altura, de longe se vêem as mesmas ruínas. Muitas margens, que pela natureza erão cobertas de matos e arvores que servião de caçadas, hoje n'ellas se admirão largas e estendidas praias de saibro, que sobre ellas vomitarão os montes do interior das suas formações, as quaes praias, se estivessem mais vizinhas do povo, causarião n'este tempo mais tristeza, e no futuro servirão para passeios de divertimentos. Muitos matos a margens dos rios seccarão devido a soterramentos pelo barro arrastado pelas águas. Alguns rios entulbados derão lugar a que suas águas alagassem, formando lagoas de margens arenosas, das areias conduzidas pela enchente (ALMEIDA, 1967, p. 613).

O citio do Capitão da ordenança Antonio Gonçalves da Silva, situado a margen do monte Japaguarihú, ficou assombrado de um monte de material que quasi sobre ele cahiu como esborifou da ladeira que por um lado do monte correo até a margem.

Os moradores do meio circulo da villa do lado direito desta sofrerão poucas ruínas nas lavouras, uns por causa de alagação e outros pela borradura dos barros derretidos que correrão dos montes (ALMEIDA, 1967, p. 615).

Esta enxente tão prejudicial a uns, foi favoravel a outros porque os constructores não tiveram mais o trabalho de ir ao matto cortar madeira porque as praias estavam cheias do precioso material (ALMEIDA, 1967, p. 615).

Na vila de Cananeia, diante da situação ameaçadora do evento natural, as pessoas procuravam o socorro divino como milagre para cessar os temporais:

Aquele continuado estrondo, aquella abundante chuva os bolhões d’água que já da terra fervião, e a mesma terra já quazi toda alagada, atemorizarão os ânimos de tal modo, que uns gritavão pela misericórdia de Deus, outros pasmavão, e todos já dizião que era chegada a ocasião de padecer a influencia de certo diluvio. Na consideração de tão triste aflição, correu o povo para o templo onde, depois de ouvida a missa parochial, preceito d’aquelle santíssimo dia, assistio com derramadas lagrimas ás depredações que se fizerão estando presente o Santissimo Sacramento, as quaes se repetirão com mais fervor nos dous dias seguintes. Não faltou o socorro da Mãe de Deus, cujo favor se julgou ser recebido, porque logo ao meio-dia d’aquelle seu mesmo dia cessou o temporal (ALMEIDA, 1967, p. 613).

[...] A população da cidade impressionada pelo continuo temporal, não se cansava de elevar suas preces a Deus, percorrendo as ruas em procissão e conduzindo imagens (OLIVEIRA, s.d, p.13).

Outro fato que chama a atenção é que o evento do dilúvio foi considerado como castigo divino sobre seus habitantes. Todavia, por misericórdia divina, a vila não foi destruída, não havendo morte de nenhuma pessoa. Um milagre, devido às graves proporções do evento, como demonstram os relatos.

Nos montes vizinhos quiz Deus mostrar o castigo que estava deliberado para esta villa a respeito dos seus habitadores, porque à vista do mesmo povo destinou para sinal de lembranças as destruições que fez esta tempestade, naquellas alturas. Para se conhecer o perigo d’este successo e certificar-se o milagre e favor recebido, é necessario declarar a situação da mesma villa (ALMEIDA, 1967, p. 613).

Assim mostrou Deus este castigo com tanta misericórdia, que não permitio que n’elle morresse racional, quando no mesmo diluvio se afogarão não só os animais de criações d’aquelas fazendas e situações, mas também morrerão os animais do mato quasi de todos os gêneros (ALMEIDA, 1967, p. 614).

Inclusive, o relato mostra sinais sobrenaturais, avisando do evento:

Dia 20, sexta-feira da mesma semana, aconteceu, que D. Anna Maria de Jesus, mulher solteira, de idade de 48 annos, natural d’esta vila, de honrada geração, honesta vida,

mais inclinada ao espiritual que ao corporal, recorrendo de manhan ao seu oratório, ne’lle achou sua imagen de Christo com os braços respregados da cruz, com a cabeça de costas sobre o Calvario, e com a face da parte de cima sem ofensa alguma da sua forma: admirando este prodígio, convocou pessoas dignas de credito, as quaes juntamente com ella assim afirmarão (ALMEIDA, 1967, p. 612).

Mesmo assim, houve castigo para as pessoas más, que de certa forma, estavam fora do mandamento divino, através da destruição das suas fazendas e lavouras, como pode ser constatado no trecho a seguir do proprietário do Mandira:

O dono da fazenda não presenciou este sucesso, porque se achava ausente na Villa tratando de uma demanda, cuja justiça não lhe pertencia. Não faltou quem o sensurace e advertisse de sua impertinencia e do prejuízo que pretendia dar ao seu adversario. Sua resposta a estas justas advertências erão sempre esta: “Não ei de vender as fivellas dos sapatos, e ainda que eu viva cincoenta anos, não hei de acabar de comer o meu dinheiro e tenho em um sacco 20 mil cruzados, para demandar o meu negocio”. A arrogância com que proferia estas orgulhosas palavras filhas da soberba, foi attribuida a destruição da sua fazenda (ALMEIDA, 1967, p.614).

Ao interpretar todos os fatos relatados, do ponto de vista antropológico, pode-se dizer que como o dilúvio é uma mitologia universal, pois está presente em várias culturas e povos, o simbolismo das águas implica tanto morte como renascimento, como já disse Eliade (1992, p. 64). No caso do diluvio, há uma sequência universal relacionada a castigo divino, morte e renascimento. No caso estudado, o castigo de Deus foi amenizado pela misericórdia, sendo que nenhum humano morreu, havendo somente prejuízos materiais, como destruição de casas e das lavouras (não se pode detectar seus tipos) e morte de animais. O renascimento foi a possibilidade do milagre de nascer novamente, rumo a uma vida nova. Sobre isso, Eliade (1992) afirma:

[...] tanto no plano cosmológico como no plano antropológico, a imersão nas Águas equivale não a uma extinção definitiva, e sim a uma reintegração passageira no indistinto, seguida de uma criação, de uma nova vida ou de um “homem novo” (ELIADE, 1992, p.64).

[...] Noé e o Dilúvio tiveram como recíproco, em inúmeras tradições, o cataclismo que pôs fim a uma “humanidade” (“sociedade”), à exceção de um único homem, que se tornou o Antepassado mítico de uma nova humanidade. As “Águas da Morte” são um leitmotiv das mitologias paleorientais, asiáticas e oceânicas. A Água “mata” por excelência: dissolve, abole toda forma. É justamente por isso que é rica em “germes”, criadora (ELIADE, 1992, p.66).

Nas mitologias ameríndias também há referências aos dilúvios, um exemplo foi descrito por Egon Schaden (1953) dos Kaingang, sobre a história do dilúvio, o qual possui os simbolismos de morte e renascimento:

[...] Xê contou-me também o mito do dilúvio universal: Muitos índios morreram na grande enchente que houve por estes sertões. Escapou somente um casal de irmãos pequenos ainda. Eram do grupo dos Kamé. O casalzinho foi nadando, foi nadando até a uma serra muito alta, que se chama Krim-Takré. Os dois subiram ao alto da serra e agarraram-se às folhas das árvores. Quando baixou a água da enchente, desceram ao chão. Casaram-se então os dois, o irmão com a irmã, e os índios tornaram a aumentar [...] (SCHADEN, 1953, p. 140).

Por fim, a memória coletiva do dilúvio, por parte das memórias da Câmara de 1795, nos relatos orais do senhor Francisco Mandira e na narrativa do livro de Oliveira (s.d) representam as histórias de Cananeia passadas de geração em geração. Percebeu-se que se tratou de um evento de movimento de massa pelo excesso de chuvas no verão de 1795, e que em Mandira foi pior, destruindo a casa da fazenda e cultivos. Somente após esse evento, ocorreu a chegada dos Andrade em Mandira, família que instalou a fazenda de arroz, e com eles, os escravizados, antepassados da comunidade quilombola de Mandira.

Notou-se o descaso com os escravizados, que ficaram abandonados durante o período de fortes chuvas, cada um fugindo como pode – em canoas, procurando abrigo em outros locais e morros etc. Isso mostra, dentro da ideia de Foucault (1969), a estrutura do poder da época e a não neutralidade desses lugares de memória. Outra interpretação foi a própria simbologia do dilúvio, como castigo, morte e renascimento.

Considerações finais

O dilúvio do Mandira, do ano de 1795, foi causado pelo excesso de precipitação durante o verão daquele ano, nas áreas serranas do bioma da mata atlântica, levando à saturação de água no solo, provocando o movimento de massa, causando prejuízos materiais para os fazendeiros da época. Os sedimentos se depositaram por todas as paisagens da planície costeira e nas margens dos rios. Houve muita madeira carregada e pedaços de rocha, deslocando-se até as bordas da vila de Cananeia.

O evento de tal magnitude ficou registrado no livro de memórias da vila de Cananeia de 1795, e está vivo nas memórias dos moradores da cidade e das populações rurais do município, como na comunidade quilombola de Mandira, porque foram acontecimentos vividos pela coletividade pertencente e herdados “por tabela”, como diz Pollak (1992). Portanto, a memória coletiva do “dilúvio” integra a história de Cananeia.

Além das causas racionais do evento relacionadas à própria dinâmica natural, houve incorporações culturais de simbologias universais do dilúvio, como castigo, morte e renascimento. Outra descoberta foi o abandono dos escravizados à própria sorte, mostrando a dimensão da estrutura do poder à época.

Dessa forma, este artigo se configura como uma tentativa de fazer uma geografia de memórias, emaranhada entre geografias históricas e culturais, abordando e interpretando esse passado, que está presente em fragmentos, nas memórias da vida atual.

Notas

ⁱ Tradução nossa. Original: “have come to see memory as a social activity, as an expression and active binding force of group identity” (HOELSCHER; ALDERMAN, 2004, p.348).

ⁱⁱ Tradução nossa. Original: “memory politics are never only ‘located’ in cartesian space; as transcultural signifiers they are communicated across and through spaces and places, and travel through and with personal and shared emotions, memories, and affects” (TILL; KUUSISTO-ARPONEN, 2015, p. 294).

ⁱⁱⁱ Essas folhas avulsas foram encontradas por Sr. João Gonçalves de Araújo, que as conservou em seu cartório (ALMEIDA, 1967, cap. XXXIV, p.593).

^{iv} A planície costeira foi formada com as oscilações do oceano, principalmente quando o rebaixamento máximo oceânico (chamado de regressão marinha) foi atingido por volta de 17.500 AP. Após esse tempo, com o nível oceânico se elevando (transgressão marinha), formaram-se extensos sistemas lagunares. Diante das oscilações ocorridas ao longo do litoral, no caso, o rebaixamento do nível do oceano, ocorreu também a formação de manguezais (CALIPPO, 2004).

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP**, Espaço e Tempo, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 13-25, jun. 2000.

AB`SÁBER, A. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ALMEIDA, A. P. de. Memória Histórica de Cananeia (XI). Capítulo XXXIV. Memórias memoráveis. **Revista de História**, São Paulo, v. 34, n.70, p. 591-617, 1967.

ALMEIDA, A. P. de. Memória Histórica de Cananeia (XXXI). **Revista de História**, São Paulo, v. 31, n. 64, p. 455-465, 1965.

ALMEIDA, A. P. de. Memória Histórica de Cananeia (I). **Revista de História**, São Paulo, v.21, n. 45, p. 192-237, 1961.

ALMEIDA, F. G. **Terra de quilombo**: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira - município de Cananeia SP. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ÁLVAREZ, J.G. Places, landscapes and policies of memory: A geographic lecture. **Boletim de la A.G.E.**, v. 51, p. 405-409, 2009.

AZEVEDO, A. de. Vilas e cidades do Brasil colonial. **Boletim da FFCLUSP n.208/Geografia n.11**, São Paulo, s.v, s.n, 1956.

BARROSO, G. Os prodígios de Cananeia: um livro de prodígios setecentista – Cananeia, seu monstro, seu terremoto, seu meteoro e seu dilúvio – A grandiosa enchente de 1795 e suas consequências. **O Cruzeiro**, 9 de novembro de 1957, p.81.

CALIPPO, F. R. **Os sambaquis submersos de Cananeia**: um estudo de caso de arqueologia subaquática. 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CBH- RB - COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL. **Relatório de situação dos recursos hídricos da UGRH 11**, ano base 2013. Registro, 2014. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/CBH-RB/9336/relatorio-situacao-2014.pdf>>. Acesso em: 02 de fev.2018.

COLIN, S. **Técnicas construtivas do período colonial** - I. Disponível em:

< <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>>. Acesso em 3 de Ag. 2016.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOELSCHER, S.; ALDERMAN. Memory and place: Geographies of a relationship. **Social and Cultural Geography**, v. 5, p. 347-355, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1464936042000252769>. Acesso em: 27 maio 2021.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de manejo participativo Reserva Extrativista do Mandira**. Cananeia: ICMBio, 2010.

IGC - INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Aspectos Urbanos da Capital e Cidades do Interior Paulista (1938-1960). São Paulo: IGC, 2016. Disponível em: < <http://www.igc.sp.gov.br/>>. Acesso em 23 de fev. 2016.

MAGALHÃES, N.W. **Descubra o lagamar**: polo de ecoturismo vale do Ribeira – LAGAMAR. 2.ed. São Paulo: Terragraph, 2003.

OLIVEIRA, A. **Lendas e histórias de Cananéia**. Cananeia: Rede Cananeia, s.d.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RISSE, L.C. **Estudo da paisagem**: história, percepções e memórias de rios. Ourinhos, UNESP, 2018. (Relatório Final de pesquisa interno FAPESP).

ROMARIZ, D. de A. **Aspectos da vegetação do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Texto, 1996.

ROSS, J. L.S. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2006.

SCHADEN, E. A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 1, n.2, p.139-141, 1953.

TILL, K.E.; KUUSISTO-ARPONEN, A.K. Towards responsible geographies of memory: Complexities of place and the ethics of remembering. **Erdkunde**, Bonn, v. 69, n. 4, p. 291-306.

TOMINAGA, L. K.; SANTORO, Jr; AMARAL, R. do (Orgs.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.